

CONTINUAÇÃO

	Receitas operacionais antecipadas		Circulante		Não circulante	
	31/12/2021	Reapresentado 31/12/2020	01/01/2020	Reapresentado 31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
FIDC SABEMI III	-	390	1.506	-	-	-
FIDC SABEMI V	-	6.962	11.654	-	-	-
FIDC SABEMI VI	-	4.621	8.500	-	-	-
FIDC SABEMI VIII	-	16.098	24.366	-	-	-
FIDC SABEMI IX	-	26.520	36.768	-	-	-
FIDC SABEMI X	-	39.086	32.819	-	-	-
FIDC SABEMI XI	-	-	-	-	-	-
Obrigações por cessão de recebíveis	-	93.677	115.613	-	-	-

22 Patrimônio líquido

22.1 Capital social e reservas

O Capital social subscrito e integralizado é de R\$ 44.300 (2020 – R\$ 44.300), representado por 22.150 ações ordinárias com direito a voto e 22.150 ações preferenciais sem direito a voto, todas nominativas e com valor nominal de R\$ 1,00, totalmente subscritas e integralizadas.

(a) Reserva legal

A reserva legal é formada pela destinação de 5% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, até limite de 20% do capital social.

(b) Dividendo mínimo obrigatório

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido ajustado, consoante à legislação em vigor, conforme preceitua a legislação vigente, sendo o saldo transferido para reserva de retenção de lucros.

(c) Reserva de retenção de lucros

Esta reserva é formada pelo saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após abatimento das destinações do resultado.

22.2 Dividendos e juros sobre capital próprio (controladora)

Os juros sobre o capital próprio foram calculados com base nos critérios definidos pela legislação fiscal vigente. Os montantes abaixo refletem os dividendos mínimos obrigatórios dispostos no Estatuto Social da Seguradora, de 25% do lucro líquido do exercício ajustado, além de dividendos adicionais definidos em ata. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data da sua aprovação.

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	1.121	2.856
(-) Reserva legal - 5%	(139)	(424)
Lucro básico para determinação de dividendos	982	2.432
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	246	608
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos complementares	4.520	7.729
Total de dividendos e juros sobre capital próprio	4.766	8.337
Total de dividendos e juros sobre capital próprio por ação – em reais	107,58	188,22

23 Demonstração do resultado

Efetuamos o detalhamento das principais contas da Demonstração do Resultado, conforme determina a Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores.

	2021		Reapresentado 2020	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Prêmios ganhos	-	-	-	-
Prestamista	-	-	-	1.975
Acidentes pessoais coletivos	-	97.145	-	103.967
Outros	-	30.449	-	27.289
	-	127.594	-	133.231
Sinistros ocorridos	-	-	-	-
Indenizações avisadas	-	(2.816)	-	(6.832)
Despesas com sinistros	-	(237)	-	512
Variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados	-	(673)	-	(417)
Despesas com benefícios (iii)	-	(13.908)	-	(6.783)
	-	(17.634)	-	(13.520)
Custo de aquisição	-	-	-	-
Comissões (seguros)	-	(25.456)	-	(25.991)
	-	(25.456)	-	(25.991)
		2021		Reapresentado 2020
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	-	-	-	-
Receita líquida com regulação de sinistro DPVAT (i)	-	15	-	36
Acordo operacional cosseguro seguradora Zurich	-	24.216	-	27.476
Pró-labore partes relacionadas	-	(1.015)	-	(482)
Pró-labore	-	290	-	(2.851)
Contingências	-	(17.077)	-	(8.536)
Despesas judiciais	-	(9.788)	-	(12.611)
Outras despesas com apólices	-	(8.104)	-	(8.104)
	-	(3.359)	-	(5.072)
Custo de aquisição	-	-	-	-
Despesas com cobrança (previdência)	-	(1.574)	-	(4.591)
	-	(1.574)	-	(4.591)
Despesas administrativas	-	-	-	-
Pessoal próprio	-	(37.507)	-	(28.951)
Serviços de terceiros	(74)	(46.683)	(79)	(34.714)
Localização e funcionamento	-	(18.972)	-	(21.668)
Publicidade e propaganda institucional	(205)	(4.895)	-	(3.809)
Publicações	(126)	(308)	(181)	(347)
Doativos e contribuições	-	(218)	-	(443)
Despesas judiciais	-	(497)	-	(907)
Multas	-	(30)	-	(95)
Outras	-	(139)	-	(563)
Recuperação de despesas	-	(6)	-	10
Despesa administrativa Convênio DPVAT	-	(616)	-	-
	(405)	(109.871)	(260)	(91.287)
Despesas com tributos	-	-	-	-
COFINS	(69)	(5.381)	(76)	(6.033)
PIS	(15)	(878)	(17)	(985)
Impostos municipais	-	(96)	-	(188)
Taxa de fiscalização	-	(764)	-	(101)
Impostos federais	-	(8)	-	(729)
	(84)	(7.127)	(93)	(8.036)
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Resultado financeiro	-	-	-	-
Renda fixa	1	2.614	7	1.265
Renda com assistência financeira	-	127.047	-	84.074
Receitas financeiras com provisões técnicas	-	522	-	765
Reversão provisão risco de crédito sobre assistência financeira	-	15.695	-	6.360
Atualizações créditos tributários	-	3	-	71
Atualização depósitos judiciais	-	293	-	137
Receitas com depósitos bancários	-	706	-	718
Outras receitas financeiras	-	3.213	-	1.723
Despesas financeiras com tributos	-	(304)	-	(197)
Renda fixa	-	(913)	-	(4)
Despesas financeiras com provisões técnicas	-	(1.974)	-	-
Despesas financeiras com assistência financeira (ii)	-	(97.461)	-	(60.097)
Provisão risco de crédito sobre assistência financeira	-	(7.036)	-	(8.353)
Juros bancários	-	(41)	-	(35)
Juros passivos de arrendamento	-	(814)	-	-
Efeitos Ofício Susep 4/2021 (iv)	-	-	-	-
Outras despesas financeiras, líquidas	-	(70)	-	(229)
	1	1	1	1
	1	38.701	7	16.818
		2020		2019
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Ganhos e perdas com ativos não correntes	-	-	-	-
Resultado - Alienação de bens	-	(21)	-	(19)
	-	(21)	-	(19)

(i) As receitas e despesas decorrentes das operações de seguros do ramo DPVAT são contabilizadas com base nos informes recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro

DPVAT S.A. No segundo semestre de 2019 a Sabemi Seguradora encerrou as operações de regulação de sinistros DPVAT restando pequenos valores a receber de regulações executadas antes do encerramento.

(ii) Refere-se a comissões pagas aos agentes no montante de R\$ 56.983 (2020 - R\$ 49.763), à estruturação dos fundos no montante de R\$ 2.170 (2020 - R\$ 2.357) e ao reconhecimento de perdas com cobrança de assistência financeira de R\$ 38.308 (2020 - R\$ 6.283).

(iii) Em decorrência da pandemia gerada pelo vírus COVID 19, houve um aumento nos avisos do produto pecúlio.

(iv) O efeito do ofício Susep 4/2021 no resultado financeiro está assim distribuído:

	2021	2020
Reversão de receita financeira de contratos cedidos	90.688	309.367
Reversão de comissões	-	12.800
Despesa contratos cedidos	(90.688)	(309.367)
Realização despesas com estruturação	(1.740)	(4.655)
Realização receita de lucro de cessão	15.561	38.795
Realização de despesa de comissões	(14.142)	(39.461)
Zeramento despesa antecipada comissão	(74.026)	-
Zeramento despesa antecipada estruturação	(6.548)	-
Zeramento saldo receitas antecipadas	78.116	-
Reversão lucro de cessão	-	(16.859)
	(2.779)	(9.380)

Já a movimentação de Provisão para créditos de liquidação duvidosa teve o seguinte efeito no resultado da Seguradora, considerando apenas a provisão referente aos direitos creditórios cedidos aos FIDC Elegíveis:

24 Benefícios a empregados (consolidado)

Participação dos empregados nos lucros

A provisão para o pagamento da participação dos empregados nos lucros foi feita nas bases estabelecidas pela convenção sindical de 2021 R\$ 889 (2020 – R\$ 826) e no Plano de Participação nos Resultados (PPR) 2020, homologado.

25 Principais ramos de atuação (Consolidado)

O principal produto do Grupo, responsável por quase que a totalidade da arrecadação no exercício, é o ramo de acidentes pessoais coletivos - APC, entretanto destaca-se também o plano de pecúlio do segmento de Previdência, conforme já divulgado.

Os principais ramos de atuação estão demonstrados a seguir:

Ramo	2021			2020		
	Prêmio ganho	I.S. %	I.C. %	Prêmio ganho	I.S. %	I.C. %
09-77 - Prestamista	-	-	-	1.975	75,38%	0,27%
09-82 APC	97.145	6,39%	26,12%	103.967	4,25%	24,98%
Pecúlio e outros	30.449	37,53%	0,27%	27.289	27,91%	0,05%
	127.594	13,82%	19,95%	133.231	10,15%	19,519%

I.S. - Índice de Sinistralidade

I.C. - Índice de Comissionamento

26 Outras informações

Covid-19

Em tempos de pandemia, o impacto da Covid-19 no mercado segurador e de previdência tem sido bem significativo. Especificamente na Controlada, no exercício de 2021 podemos observar um aumento médio da sinistralidade de, aproximadamente, 70% se comparado com o mesmo período de 2020. A quantidade de sinistros avisados por Covid-19 teve um aumento aproximado de 9 pontos percentuais em 2021, passando de 28% em 2020 para 38% de sinistros avisados para seguros e benefícios de plano de previdência.

A pandemia não teve impacto relevante na venda de assistência financeira, com relação ao risco de crédito também não tivemos impactos uma vez que não aconteceu a postergação de pagamentos, não gerando inadimplência ocasionada pela Covid-19.

Impactos relacionados a invasão russa na Ucrânia

A invasão russa na Ucrânia, juntamente com a imposição de sanções internacionais, tem um impacto econômico generalizado. Os negócios no Brasil podem ser severamente impactados pela interrupção da cadeia de suprimentos, volatilidade do mercado, risco de pagamento e aumento dos custos de commodities resultantes da invasão. O impacto é agravado pela decisão de algumas empresas globais de limitar ou cessar as operações na Rússia.

Na presente data destas demonstrações financeiras, o contexto descrito acima não gerou impactos relevantes nas referidas demonstrações financeiras da Companhia. A Administração do Grupo está avaliando os impactos, porém até a data da emissão das demonstrações financeiras não houve ajustes materiais a serem divulgados.

27 Eventos subsequentes

Utilização da estrutura à termo das taxas de juros (ETTJ) para o teste de adequação de passivos (TAP)

O Grupo utilizou no cálculo do TAP, em alguns de seus fluxos, a estimativa de ETTJ com curva IGP/M. A metodologia utilizada para a estimação das curvas está sendo reformulada com o objetivo de minimizar a variância dos estimadores de longo prazo, a partir da inserção de um componente de estabilidade e estará em transição até maio de 2022, sendo aplicada no próximo TAP de junho de 2022.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Severo Participações S.A. e empresa controlada

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Severo Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Severo Participações S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Severo Participações S.A. e da Severo Participações S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 13 de julho de 2022
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP00160/O-5
Marcelo Luis Teixeira Santos
Contador CRC 1PR050377/O-6



Diretoria

Antonio Tulio Lima Severo

Diretor-Presidente

CPF nº 002.057.530-00

Cláudia Villaça Severo

Diretora

CPF nº 488.482.127-00

Call Contabilidade Ltda.

CRC RS 3146

Enio Wolke

Contador CRC RS nº 33343 - CPF nº 212.933.680-91